
Leitura pública e a possibilidade de modos públicos e comuns para a provisão e fruição dos bens culturais

Public reading and the possibility of public and common modes for the provision and fruition of cultural goods

Amarílis Felizes *

Cursa o Doutoramento Interdisciplinar em Economia Política (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa; Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra; ISEG - Universidade de Lisboa), Portugal. Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (DINÂMIA'CET), Lisboa, Portugal, Instituto de História Contemporânea - Universidade NOVA de Lisboa (IHC), Portugal e Centro de Estudos em Teatro - Universidade de Lisboa (CET), Portugal. Mestre em Economia e Políticas Públicas (ISEG - Universidade de Lisboa), Licenciada em Economia (Faculdade de Economia - Universidade do Porto) e em Teatro (ESMAE-Instituto Politécnico do Porto). ORCID 0000-0001-6665-4187.

Paula Sequeiros **

Investigadora Associada do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal. Doutora em Sociologia, Pós-graduada em Ciências Documentais e Licenciada em História, Universidade do Porto. Mestre em Sociedad de la Información y del Conocimiento, Universitat Oberta de Catalunya. ORCID 0000-0003-2069-5631.

RESUMO

As bibliotecas públicas e de acesso público organizam-se para a provisão de um conjunto diferenciado de bens de leitura, declarando-se instituições abertas e de uso público. Abordamos as características da provisão e dos usos de bens em bibliotecas públicas, referindo a complexidade dessas características. A temática da economia das bibliotecas e da leitura pública carece de aprofundamento para se construir reflexão e proposta sobre políticas públicas de cultura, nomeadamente de leitura pública. Avançamos a necessidade de compreender algumas linhas de pensamento económico sobre os bens de leitura, o mercado e a valoração, partilha e fruição de bens culturais. Colocamos o foco sobre a economia da leitura pública em Portugal e a provisão de serviços e bens que propiciem o seu uso partilhado e/ou comum, podendo haver pontos de contacto com outras localizações e outras áreas da cultura. Refletimos sobre a relevância atual das políticas públicas para a leitura em bibliotecas e sobre a necessidade de pensar modos públicos e comuns de provisão e fruição de bens e serviços culturais.

PALAVRAS CHAVE

bibliotecas públicas; bens públicos; bens comuns; políticas culturais; leitura pública

ABSTRACT

Public and public access libraries are organized for the provision of a differentiated set of reading goods. They declare to be open institutions for the use of the public. We address the characteristics of the provision and uses of goods in public libraries, referring to the complexity of these characteristics. The theme of library economics and public reading needs to be deepened to build reflection and proposal on public policies of culture, including policies of public reading. We advance the need to understand some lines of economic thought about reading goods, the market, and valuation, sharing and enjoyment of cultural goods. We focus on the economy of public reading in Portugal and the provision of services and goods that propitiate their shared and/or common usage, while acknowledging that there may similarities with other locations and other areas of culture. We reflect on the current relevance of public policies for reading in libraries and on the need to think about public and common modes of provision of cultural goods and services.

KEYWORDS

public libraries; public goods; common goods; cultural policies; public reading

Introdução

As bibliotecas são organizações orientadas para a provisão de bens de leitura de forma aberta e pública. A diversidade de formas físicas ou digitais caracteriza essa provisão na atualidade, como diversas são as finalidades e motivações que animam as pessoas leitoras. Focamos a economia da leitura pública, a que é intermediada por instituições de acesso público em Portugal, sabendo que haverá muitos pontos de contacto com realidades de outros países e continentes e com outras áreas da cultura.

A temática da economia das bibliotecas e da leitura pública carece de aprofundamento. Em dialogia com pessoas leitoras e com diferentes formações disciplinares, abordamos, de modo breve, as características da provisão e dos usos de bens em bibliotecas públicas.

Sem um aprofundamento do estudo desta economia dificilmente se constrói reflexão e proposta sobre políticas públicas de cultura, nomeadamente de leitura, as quais podem propiciar ou constranger a produção e os usos de materiais e serviços públicos de leitura. Mais importância tem ganho a economia da leitura pública em momentos de ameaça ao acesso à cultura e à expressão, seja por políticas que o desqualificam, como o subfinanciamento público, seja pelo cercamento e controlo criados por processos de alta concentração na edição e comercialização dos bens de leitura e nos meios de comunicação, ou ainda pela dominação das também altamente concentradas *Big tech* e empresas de telecomunicações (Buschman 2020; Bailey e Menna 2022).

Direitos culturais e leitura pública: da inscrição à concretização, que caminho?

A direitos da população correspondem obrigações do Estado. Nesse sentido, as políticas culturais deverão ser instrumentos para efetivação dos direitos culturais, diretamente, mas também dos direitos sociais, económicos e políticos.

O Estado Providência desenvolve-se após a revolução de 1974 em Portugal, em contraciclo com a tendência de transformação neoliberal da ação dos estados em grande parte do mundo. Levam-se a cabo nacionalizações, criam-se novos serviços públicos, desenvolve-se o sistema de segurança e proteção social e o sistema público de ensino (Costa, Lains e Miranda 2011). A revolução determina o fim da censura e do exame prévio e a Constituição da República de 1976 consagra o direito à fruição e à criação cultural e o dever de preservar o património cultural (Assembleia Constituinte 1976).

No entanto, os instrumentos da política cultural tardaram em ser desenvolvidos, tomando mais relevância com a adesão do país à CEE, em 1986.

A criação de uma rede nacional de bibliotecas foi uma das primeiras medidas de política cultural da democracia portuguesa. A propositura da Rede inicia-se em 1986 e consolida-se na lei em 1987, inspirada pelo Manifesto da UNESCO e da IFLA para as bibliotecas públicas datado de 1994 (Figueiredo 2004; Alvim e Calixto 2013). Desde 1990 um Projeto para a Rede impulsionou a construção ou requalificação de edifícios para bibliotecas e a conexão telemática, participados pelo Estado e pelos municípios. Não foi ainda aprovada uma lei para as bibliotecas públicas, como proposto no início deste processo, que possa enquadrar e sustentar as políticas para o setor. A atual tutela das Bibliotecas Públicas disponibiliza informação histórica e normativa sobre o processo (DGLAB 2023).

Em Portugal as bibliotecas públicas são maioritariamente da responsabilidade dos municípios, num total de 303 Bibliotecas Públicas Municipais. Atualmente um quinto da população portuguesa são pessoas leitoras registadas numa Pública Municipal (DGLAB 2022).

Se, desde 1974, os direitos culturais vão sendo reivindicados como parte integrante da democracia pós 25 de Abril (Matos 2017) e estão inscritos na Constituição desde 1976, as políticas culturais vão-se desenvolvendo lenta e erraticamente (Felizes 2018), permanecendo na agenda política do país como um desejo incompleto.

Na cultura o que sobreviveria sem investimento público?

A teoria económica tem avançado diferentes justificações para o investimento público na cultura, havendo também economistas que defendem não dever existir intervenção pública no setor.

Como autores de uma teoria influente sobre a economia da cultura, destacamos Baumol e Bouwen. Exemplos das questões que colocaram para entender essa economia são os seguintes: a produtividade dos violinistas que executam ao vivo uma obra de Schubert não se altera ao longo do tempo; para levar à cena Henrique IV, são hoje necessários tantos atores quantos na estreia no séc. XVI. Esta observação serve de matriz às obras de Baumol e Bowen (1965, 1966) e de Baumol (1967) onde desenvolvem a teoria da doença dos custos (*cost disease*). O modelo explica o crescimento relativo das despesas públicas pelo facto de muitas das atividades exercidas pelo sector público registarem acréscimos de produtividade inferiores aos registados para a generalidade das atividades económicas. Algumas atividades artísticas estariam naquele grupo com ganhos de produtividade fracos ou nulos, por serem muito intensivas em trabalho e por ser muito difícil obter ganhos de produtividade através

da introdução de novas tecnologias (Baumol 1967). No grupo “economicamente estagnado”, com o aumento dos custos de produção ao longo do tempo, como os salários, acontece um aumento comparativo dos preços face aos dos bens produzidos pelo grupo de atividades com ganhos de produtividade (Stiglitz; Rosengard 2000).

No texto seminal de 1965 sobre os problemas financeiros das artes performativas, Baumol e Bowen explicam também que, havendo consenso sobre a sua importância para a sociedade, é necessário que a sua provisão seja assegurada por financiamento público. De outra forma o aumento dos seus preços faria desaparecer a procura e o próprio setor de atividade.

Como podemos aferir o valor dos bens culturais?

Para o pensamento económico neoclássico, o mercado é o melhor instrumento para a definição do valor dos bens. Na base destas teorias está o pressuposto de que os bens existem apenas no momento único da sua troca no mercado. Na interseção da oferta e da procura define-se o seu valor, que será o seu preço, incorporando todos os valores e fatores de produção. Do lado da oferta, incorpora a tecnologia, o trabalho, os ativos reais e o capital financeiro; do lado da procura, as preferências – valorações – dos agentes. Contudo, as leis, regras, hábitos e hierarquias dos mercados implicam certas valorizações e excluem outras. A partir desta premissa, discutindo as limitações éticas do mercado, a filósofa Elizabeth Anderson (1990) levanta interessantes questões para a discussão sobre a excecionalidade de certos bens como a arte: quais as dimensões do valor que as normas e orientações do mercado creditam, e quais descartam? Como é que o funcionamento do mercado interfere nas características intrínsecas dos bens? Que questões éticas essa interferência acarreta?

Para Arjo Klamer (2008) o mercado aprecia de forma insuficiente os valores culturais dos bens, valores que estão além dos valores económicos e sociais. Ao contrário dos valores económicos, de mais fácil medição, os estéticos, simbólicos ou históricos são valorizados naquilo a que chama uma conversação que não é acompanhada por argumentos económicos normais, por leis, regras, hábitos e hierarquias dos mercados.

Klamer (2008) entende que a arte tem um valor para além do que é mensurável e, por isso, choca com a forma do dinheiro.

Na Economia Neoclássica, assim que se dá o consumo de dado bem e ele está nas mãos do consumidor, acaba-se a análise. Contudo, como lembra Klamer (2008), a vida dos bens funciona sobretudo fora do momento em que são trocados no mercado e há bens para os quais o consumo é um processo que acontece ao longo do tempo, envolvendo mais do que uma pessoa, diferentes experiências, compromissos, avaliações.

Podemos dizer que quando alguém vai a um museu está a consumir as exposições. Mas sabemos também que a visita pode ser um pretexto para um passeio com amigos, pode ser motivada mais pelo edifício do museu do que pela exposição, pode ser um possível ponto de encontro para conhecer alguém de interesse. Por outro lado, a experiência de uma exposição com um impacto duradouro, gera reflexões e conversas futuras, ganha uma vida muito mais longa, pelo que o seu valor não é antecipável para o consumidor no imediato da visita (Klamer 2008).

Este pensamento tem fortes alianças com a teoria de Marx (2010, p. 137):

O objeto de arte, e analogamente qualquer outro produto, cria um público sensível à arte e apto para gozar da beleza. De modo que a

produção não somente produz um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto.

Para a conversação é diferente uma obra estar num museu nacional ou numa pequena galeria, ouvir-se um concerto na rua ou numa grande sala de espetáculos. O mesmo se pode aplicar à leitura pública. Ter em conta aspetos sociais e relacionais da leitura não isolada, como a convivialidade, pode esclarecer o conceito de prazer da leitura, como argumenta José Castro Caldas (2013, 111), a partir da observação de 2002 de Sugden:

Ler sozinho e em voz baixa é sem dúvida uma fonte de prazer, mas partilhar uma leitura, possivelmente em voz alta, é prazer da leitura com uma outra qualidade e pode mesmo ser experimentado com maior prazer em certas ocasiões. A leitura em conjunto é um bem partilhado, ou comum.

É importante, neste ponto, realçar o contributo de Elizabeth Anderson (1990) ao apontar que os bens se diferenciam na medida em que as pessoas, lidando com eles, entram em diferentes contextos e tipos de relação social, alterando-lhes o valor, que é sempre subjetivamente percebido. Assim, “O valor do bem partilhado é inseparável daquilo que o torna comum. O bem partilhado de Anderson é um bem comum.” (Caldas 2013, 111).

Seguindo Klammer, a conversação em que a arte adquire valor para dada pessoa requer que se ganhe uma capacidade de lidar com os valores culturais de uma obra. É exigida uma certa dedicação, atenção, estudo e entendimento para alcançar a experiência artística. Ao reivindicar uma categoria separada para os valores culturais, Klammer não afirma apenas que são distintos dos económicos, mas também que exigem certas capacidades para serem apreciados, as quais são adquiridas no próprio processo de contacto com a arte. Assim, não se produz valorização da arte num momento inicial, abstrato. Se as pessoas não dão conta de conhecer antecipadamente

que valor terá para si um bem como a arte, o mercado não será um bom alocador de valor para estes bens.

Podem as lógicas do mercado interferir no valor e nas valorações dos bens culturais?

Ainda assim, é no mercado que muitos artistas procuram transferir a propriedade das suas obras ou vender serviços relacionados, como bilhetes para um espetáculo. A inserção no mercado faz com que o seu próprio trabalho se torne uma mercadoria.

De acordo com Klamer (2008), quando o mercado faz corresponder um preço a um bem imprimindo-lhe comensurabilidade, o bem passa a ser comparável a outros, torna-se em objeto de discussão nos termos da medida usada, o que afeta por sua vez a valoração por grupos sociais para além da atribuída individualmente. Se o preço for excepcionalmente alto, o valor de uma dada obra de arte poderá aumentar também, por um efeito de *crowding in*. Se muitas vezes isto leva a práticas especulativas, o contrário sucede também: passando a ser entendido como "comercial" sob olhares que percecionem essa apreciação como negativa, o bem pode perder valor cultural. Aqui produz-se um efeito de *crowding out*.

Recordando a obra fundamental de Bourdieu e Darbel (2007):

Se a ideologia carismática que transforma o encontro com a obra na ocasião de uma descida da graça (charisma) proporciona aos privilegiados a mais "indiscutível" justificação de seu privilégio cultural, fazendo esquecer que a percepção da obra é necessariamente erudita - por conseguinte, aprendida -, os visitantes oriundos das classes populares estão bem posicionados para saber que o amor pela arte nasce de um convívio bem prolongado e não de um golpe repentino: "Com certeza, é possível amar de paixão, à primeira vista; mas, isso só acontece depois de ter lido muito, sobretudo, em relação à pintura moderna (operário, Lille)".

Quando a arte se torna uma mercadoria, passa a ser vista como um objeto de consumo, ou seja, como um meio para satisfazer uma dada necessidade material. A troca mercantil apela a uma valorização do

bem como resposta genérica a um desejo ou satisfação individual e por isso negligencia outras formas de valorizar os bens, como Elizabeth Anderson enfatizou (1995). Mas, como vimos em Klamer, mesmo que as pessoas possam comprar uma obra ou o direito de lhe aceder, o seu disfrute vai acontecer na medida em que façam, tenham feito, um certo esforço de aproximação. Se pensarmos, por exemplo, em estabelecer um preço para uma conversa com um amigo, compreendemos facilmente que o objeto em causa se tornará intrinsecamente diferente do que quando é resultado da reciprocidade e dádiva que associamos à amizade.

Se observarmos o crescente interesse por parte de autoridades municipais ou galerias de arte no *graffiti*, historicamente subversivo, compreendemos facilmente que se dá uma alteração dos valores culturais no processo de mercantilização. Assim que um bem se torna uma mercadoria, alerta Arjo Klamer (2008), passa a contribuir também para a afirmação dos valores que o mercado incorpora: individualismo, competição, eficiência, ambição. Chamadas de atenção que são semelhantes às da Teoria Crítica de Frankfurt sobre as indústrias culturais (Adorno 2003).

O que caracteriza os bens públicos, comuns e de mérito?

No parágrafo introdutório ao capítulo sobre falhas de mercado do manual sobre Economia Pública, Stiglitz e Rosengard (2000) referem que os mercados produzem muitas coisas em demasia, como a poluição do ar e da água, e produzem outras em insuficiência, tais como as artes, ou a investigação sobre o cancro. A abordagem microeconómica da Economia de Bem-Estar foi desenvolvida desde o início do séc. XX e, enquanto linha de investigação dentro dos paradigmas da Economia Neoclássica, entende que, genericamente, o funcionamento livre do mercado gera eficiência e resultados ótimos

no bem-estar das populações: se cada um procurar o benefício próprio, haverá o melhor resultado para todas as pessoas.

Mas há situações em que tal não acontece por existirem falhas de mercado. Assim, por exemplo, quando há formação de monopólios ou informação imperfeita, exige-se uma intervenção estatal.

As falhas de mercado são frequentemente associadas à natureza de certos mercados e de certas mercadorias e a circunstâncias tais como preferências inconsistentes no tempo, assimetrias de informação, mercados não competitivos, problemas de principal-agente ou externalidades. Nesse sentido, uma falha de mercado seria motivo para a intervenção no mercado de um dado bem por parte de governações locais, nacionais, supra-nacionais (Stiglitz; Rosengard 2000).

Existe uma falha de mercado associada à natureza dos bens quando não há excludibilidade, isto é, quando não há capacidade de excluir uma pessoa do uso do bem, e/ou quando os bens não têm rivalidade, ou seja, quando o uso do bem por uma pessoa não reduz a sua disponibilidade para outra.

Assim, a teoria chama bens públicos aos não excludentes e não rivais, como a luz de um farol, a iluminação pública de uma rua ou um fogo de artifício. Vários autores referem os livros em bibliotecas públicas como possível exemplo de bens públicos (Zofío 2005; Buschman 2020).

As bibliotecas públicas e de acesso público procuram agir sobre a excludibilidade ou rivalidade destes bens através dos serviços de leitura e de empréstimo que, em princípio, se estendem a todas as pessoas e a boa parte das coleções, com exceção para materiais raros e de acesso reservado, como o livro antigo ou jornais fora de edição ou em mau estado de conservação. Se isto se verifica para o

material impresso, para objetos de leitura digitalizados ou digitais, como jornais, música ou filmes em suporte tradicional ou eletrónico, as regras de leitura e de empréstimo variam com as instituições ou com as condições da provisão das empresas distribuidoras.

Já os bens que a teoria económica designa de bens comuns (*commons*) são aqueles que, apesar de se esgotarem com o uso, ao contrário dos bens públicos, são dificilmente excludentes. São exemplos os estoques de peixes no mar, os rios e sistemas de irrigação ou as florestas.

Há ainda outro conceito da teoria das falhas de mercado bastante associado aos bens culturais: as externalidades positivas (Musgrave 1956). Trata-se dos efeitos positivos gerados pela existência de determinados bens ou serviços que não são perçecionados pelo sistema de preços, o que leva à subprodução relativamente ao ótimo social, e nesses bens se inclui a educação. Musgrave (1956) denomina-os bens de mérito, argumentando que a ação pública deve garantir a sua produção em quantidade desejável.

Note-se que esta conceptualização pode chocar com outras noções de bens públicos e bens comuns que se prendem, por exemplo, com a propriedade efetiva dos bens. No direito português, a propriedade privada sobre livros e espaços de bibliotecas privadas, associativas ou sindicais, por exemplo, é distinta da propriedade pública, detida por uma entidade estatal, como no caso das Bibliotecas Públicas Municipais.

Quais os limites e potencialidades do uso e gestão partilhada dos bens?

No estudo sobre os bens comuns destacamos em primeiro lugar o ecologista Garrett Hardin (1968) com *A tragédia dos comuns* e, em segundo, o trabalho de Elinor Ostrom (1990) que, revisitando a obra

de Hardin em 1999, defende que a tragédia dos comuns não é tão prevalecte ou tão difícil de resolver como ele sustentou. Garrett Hardin, baseando-se no exemplo de uma pastagem comum, formula uma teoria segundo a qual a melhor ação para cada utilizador não gera o melhor para o seu conjunto. Cada pastor desejaria aumentar o seu rebanho sempre que possível porque, sem custos, obteria rendimento de cada animal adicional, mas cada animal a mais significaria maior uso da pastagem. Logo, a divisão de custos e benefícios entre todos os utilizadores de um bem comum é desigual: cada pessoa ganha todas as vantagens ao aumentar o seu uso, não tendo incentivos para a conservação do recurso, sendo as desvantagens compartilhadas entre todos. Assim, o resultado do uso comum é a superexploração e a degradação do bem. Daqui Hardin conclui que é necessário definir bem os direitos de propriedade, mas aponta outras soluções como o princípio do poluidor-pagador ou a regulamentação.

Elinor Ostrom (1990), cientista social e prémio Nobel da Economia em 2009, procurando responder a esta teoria estudou a gestão comum de pastagens e sistemas de irrigação em diferentes lugares do mundo, concluindo que a tragédia dos comuns não é tão prevalecte ou difícil de resolver como Hardin sustentava. Existem diferentes arranjos institucionais para a gestão comum de recursos naturais que podem evitar o colapso dos ecossistemas e é possível identificar princípios para essa gestão, tais como a definição clara do conteúdo do recurso e de quem o pode utilizar, os processos de tomada de decisão coletivos, ou a existência de uma escala de sanções para quem viole as regras comunitárias.

Para a autora, algumas destas estratégias e princípios podem aplicar-se a outros tipos de bens. Juntamente com Charlotte Hess, Ostrom estuda o *Conhecimento como bem comum* (2007), admitindo que a

economia política do conhecimento envolve dilemas sociais semelhantes aos da gestão dos bens comuns. Assim, fala do movimento do *software* livre como um exemplo da gestão comum do conhecimento. Na obra discute a criação de depositários do conhecimento através de contribuições organizadas e voluntárias de estudiosos e de comunidades de pesquisa e procura ainda formas de proteção do conhecimento comum contra o confinamento e a mercantilização, mantidos pela legislação da propriedade intelectual, do patenteamento e licenciamento e pela sobreprecificação.

Se o confronto entre Hardin e Ostrom nos questiona sobre a possibilidade de partilha dos recursos ou dos bens, há quem nos alerte sobre a necessidade dessa partilha. Michelman (1982) e Heller (1998) falam-nos da *tragédia dos anticomuns*. O reverso da hipótese da sobre-exploração de um recurso comum é a subutilização de um recurso privado. Pode haver desperdício numa situação em que os direitos sobre um recurso ou bem são ou passam a ser privados.

Os recursos de leitura podem ser, para tal, um bom exemplo e podemos pensar em casos mais extremos, como o das patentes na área da saúde. Segundo inquérito recente, de entre as pessoas inquiridas apenas 3% lê em bibliotecas e a quase totalidade indica o lar como local predominante da leitura de livros (Pais, Magalhães, Antunes, ed. 2022). A coletânea não se debruça sobre a leitura pública.

Ao convocarmos estas teorias económicas, encontramos pistas para o conhecimento dos bens culturais e possíveis formas de provisão. No entanto, os conceitos de bem público e de bem comum são muitas vezes expandidos além das definições estritas aqui referidas, o que é matéria de disputas não só teóricas como políticas.

Como podem os bens culturais e o conhecimento ser de toda a gente?

Como se deve organizar a provisão de um dado bem cultural? De forma pública, privada ou comum? É possível os bens culturais serem não apenas privados, mas também públicos ou comuns?

Com as oportunidades de partilha criadas pela Internet, que desmaterializa uma série de bens, a ligação entre conceitos de *bem comum*, cultura e conhecimento prospera. O que é digital tem uma natureza mais fluída, aberta e flexível, e não escassa, sendo por isso fácil que pertença a todos. Sabemos, contudo, que não é bem assim: é preciso energia para alimentar servidores e recursos para produzir o *hardware* e para pagar a conexão.

O início da Internet vai de par com o início de movimentos do *software open-source* e da partilha livre e/ou grátis do conhecimento. A Wikipédia coloca-se à cabeça, como exemplo internacional, multilingue e vasto, com a digitalização de diverso tipo de imagens e de material escrito. As tecnologias de compartilhamento *peer-to-peer* e *torrent* e milhares de outras iniciativas baseadas na organização colaborativa e na partilha ligam-se na produção da atual constelação digital.

Contudo, a produção e gestão coletiva, ou a partilha destes bens são práticas que contrastam muito com os modos de produção, distribuição e consumo na sociedade capitalista, bem como com o discurso e o pensamento hegemónico sobre o funcionamento das economias. Nesse sentido, o uso do conceito expandido de *bem comum* como um qualquer bem que é ou deva ser compartilhado, ou as práticas de partilha de diferentes tipos de bens têm sido reivindicações de movimentos sociais progressistas, nomeadamente de defesa dos direitos culturais das populações, e geralmente críticos

da intervenção dos Estados ou centrados em alternativas a esta intervenção.

Recordemos que, muito antes, existiram bibliotecas com diferentes formas de representação e registo de ideias, de cálculo e de contagem, de obras de literatura ligadas às diversas culturas do mundo. Também aí formas de escrita e de acesso foram objeto de proteção, sigilo e reserva de acordo com as formas do poder que criaram e sustentaram essas bibliotecas.

Em Portugal as Bibliotecas Públicas Municipais são propriedade pública, financiadas pela administração central e local (Alvim e Calixto 2013). Note-se que existem bibliotecas de propriedade privada que permitem acesso público, como as de algumas associações recreativas ou culturais ou, como um caso histórico singular, a Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

As Bibliotecas Públicas Municipais produzem serviços públicos de leitura presencial ou sob empréstimo, providenciam espaços leiturais e de convivialidade, e também atividades culturais de outro tipo, como eventos e espetáculos. Por serem públicas, podemos dizer que gerem, usam e oferecem, fundamentalmente, bens públicos.

Por sua vez, a PORBASE, catálogo coletivo em linha de bibliotecas portuguesas, foi criada em 1986 pela contribuição voluntária e em cooperação entre várias bibliotecas públicas. Tem sido mantida por processos de regulação e gestão da Biblioteca Nacional de Portugal e mantém-se sob sua administração. Foi englobada recentemente no portal dos serviços públicos eportugal.gov.pt. A PORBASE é um exemplo de um bem aberto ao uso e à partilha, na condição de que se tenha acesso à Internet, produzido por bibliotecas, há mais de duas décadas. Da perspetiva de alguns autores, este seria um exemplo de bem comum por ser de acesso irrestrito (Zofío 2005).

Contudo, podemos também classificá-lo como bem público por ter características de não rivalidade e de não excludibilidade.

Um outro exemplo de bem comum pode ser a designada *atmosfera de leitura* produzida coletivamente numa Biblioteca Pública. O conceito foi formado a partir da interação entre os bens de leitura, a prática leitural e os serviços de leitura, o espaço e a presença de outras pessoas leitoras. Da interação resulta uma amálgama apreciativa de percepções, relações, sentimentos, dos usos do espaço interior, da arquitetura e inserção urbana que leva essas pessoas a valorizarem a atmosfera que envolve o modo de leitura pública (Sequeiros 2011):

Se a leitura é uma forma de “ubiquidade”, uma “ausência impertinente” [*L’Invention du quotidien* de Certeau, 1990: 250], a atmosfera é tecida coletivamente a partir de materiais em bruto valorizados: tranquilidade, organização, concentração, trabalho intelectual coletivo, todos foram mencionados pelos leitores como os aspetos mais valorizados de uma biblioteca. E estes não podem ser conseguidos ficando-se só em casa.¹

A atmosfera de leitura estudada pode ser criada e replicada, em especial, tanto pelo pessoal da biblioteca como por pessoas leitoras habituais, criando bases para uma cultura de leitura local.

Os repositórios de Acesso Aberto (~~AA~~) de instituições de ensino superior e investigação, assim como alguns de âmbito disciplinar, caso do *e-LIS*², são também projetos coletivos dirigidos à preservação, curadoria e uso público de documentação científica, sem pagamento na utilização final (Anglada e Abadal 2023). Os repositórios de AA têm permitido abertura às comunidades científicas, em contraponto às bases de dados com fins comerciais e preços crescentemente inacessíveis, privadas ou externalizadas a grandes editoras que detêm revistas notadas com alto impacto. Estas empresas têm tido um poder de mercado excessivo, limitando a emergência de

¹ tradução própria

² <http://eprints.rclis.org/>

alternativas. Obtêm manuscritos sob gratuidade, podem influenciar a classificação que produz o fator de impacto do que vendem. Estão, aliás, em posição de poder restringir a liberdade de publicação senão mesmo de influenciar, a montante, a seleção de linhas e perspectivas de investigação científica (Martinovich 2020) Para as bibliotecas de investigação, os processos de aquisição de publicações das grandes editoriais tem consequências muito negativas nas contas mas também na disseminação da ciência que conseguem intermediar.

Conclusões

Se a garantia dos direitos culturais das populações é tarefa por concretizar e a ser tomada como desígnio público, é necessário construir pensamento sobre modos públicos e comuns de provisão de bens e serviços culturais.

Para tal, é necessário conhecer o funcionamento da economia política da cultura, nomeadamente as características dos bens e mercados existentes, os fundamentos económicos, sociais e políticos para a intervenção nesses mercados, os interesses contraditórios face aos modelos de provisão destes bens, e as suas formas de valoração e fruição.

Sobre estes aspetos, evocámos aqui algumas teorias, conscientes dos limites de uma breve revisão e da vastidão do campo em análise.

Arriscamos dizer que o livro – sinédoque de bens de leitura diversos – é um instrumento privilegiado de natureza cultural e educativa, propiciador da formação e forma de expressão que, numa sociedade democrática, exigem liberdade de criação, de publicação e de leitura.

Assim, como instrumento de ação cultural, a produção e a difusão do livro e da leitura requerem políticas públicas. Por isso entendemos o relevo da implementação de uma rede de bibliotecas como uma das

primeiras medidas de política cultural da democracia instaurada após a ditadura fascista. Esse passo primordial precisa de continuidade e atualização e, novamente, cremos que é no campo das políticas públicas e da ação do Estado, assim como no campo das lutas pela liberdade na cultura que nos encontramos nestes debates.

FINANCIAMENTO

* Contrato de bolsa de investigação celebrado com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a referência 2021.06311.BD

** Com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia portuguesa, ao abrigo da Norma Transitória (DL57/2016/CP1).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W., 2003. *Sobre a indústria da cultura*. Ed. e prefácio António Sousa Ribeiro. Coimbra: Angelus Novus. ISBN 9789728827205.

ALVIM, Luísa e José António Calixto, 2013. Public Libraries, the crisis of the welfare state and the social networks: the Portuguese case [em-linha]. Em *IFLA World Library and Information Congress, 17-23 August 2013, Singapore*. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/8663>.

ANDERSON, Elizabeth, 1990. The ethical limitations of the market. *Economics & Philosophy*. Vol. 6, no. 2, p. 179-205. DOI: 10.1017/S0266267100001218. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0266267100001218>.

ANGLADA, Lluís e Ernest Abadal, 2023. Acceso abierto: un viaje desde lo imposible hasta lo probable, pero aún incierto. *Profesional de la información* [em-linha]. Vol. 32, no. 1. DOI: epi.2023.ene.13. Disponível em: <https://doi.org/10.3145/epi.2023.ene.13>.

BAUMOL, William J. e Bowen, William G., 1966. *Performing arts: the economic dilemma*. New York: The Twentieth Century Fund.

BAUMOL, William, 1967. Macroeconomics of unbalanced growth: the anatomy of urban crisis. *The American Economic Review*. Vol. 57, no. 3, p. 415-426.

BAUMOL, William. J. e Bowen, William. G., 1965. On the Performing arts: the anatomy of their economic problems. *American Economic Review*. Vol. 55, no. 1/2, p. 495-502.

BOURDIEU, Pierre e Alain Darbel, 2007. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. 2ª ed. São Paulo, Porto Alegre: EDUSP, Zouk.

BUSCHMAN, John, 2020. Public libraries are doing just fine, thank you: it's the 'public' in public libraries that is threatened. *Canadian Journal of Information and Library Science*. Vol. 43, no. 2, p. 158-71. ISSN 1920-7239.

CALDAS, José Castro, 2013. A economia dos bens comuns: visões rivais. Em PATO, João, Luisa Schmidt e Maria Eduarda Gonçalves, ed. *Bem comum: público e/ou privado?* Lisboa, ICS. p. 109-28. ISBN 9789726713180. Também disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/22896>.

COSTA, Leonor Freire, Pedro, Lains e Susana Münch Miranda. 2011. *História económica de Portugal: 1143-2010*. Lisboa: A Esfera dos Livros. ISBN 978-989-626-346-1.

DGLAB, 2022. *Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: relatório estatístico 2021* [em linha]. Lisboa: DGLAB. Disponível em: http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Estatistica/Documents/Relatorio_Estatistico_RNBP_2021_V_final.pdf

DGLAB, 2023. Documentação [legal e programática sobre o universo das bibliotecas em geral]. *Bibliotecas* [em linha]. Atualizada em 2023. Disponível em: <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Paginas/default.aspx>.

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 1976. Decreto de 10 de Abril. Constituição da República Portuguesa: texto originário da Constituição, aprovada em 2 de Abril de 1976. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp1976.pdf>.

FELIZES, Amarílis Vaz, 2018. Política cultural em Portugal : determinantes da despesa pública em cultura. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/8c658280ff74eb0ad0015c68927c0627/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>.

FIGUEIREDO, Fernanda Eunice, 2004. Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: actualizar para responder a novos desafios. Lisboa: *Cadernos BAD*, no. 1, p. 60-73. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10760/10982>.

HARDIN, Garrett, 1968. The tragedy of the commons: the population problem has no technical solution; it requires a fundamental extension in morality. *Science*, vol. 162, no. 3859, p. 1243-1248. DOI: 10.1126/science.162.3859.1243.

HELLER, Michael, 1998. The tragedy of the anticommons: property in the transition from Marx to Markets. *Harvard Law Review*, no. 111, p. 621-88. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=57627>.

HESS, Charlotte e Elinor Ostrom, 2007. Understanding knowledge as a Commons: from theory to practice. Cambridge, Mass.: MIT Press. Disponível em: <https://doi.org/10.7551/mitpress/6980.001.0001>.

KLAMER, Arjo, 1996. *The value of culture: on the relationship between economics and arts*. Amsterdam University Press. Disponível em: <http://library.oapen.org/handle/20.500.12657/35085>.

KLAMER, Arjo, 2009. The lives of cultural goods. Em Jack Amariglio, Joseph W. Childers e Stephen Cullenberg, ed., *Sublime Economy: on the intersection of Art and Economics*. London, Routledge. p. 263-285. ISBN 9780203890578.

MARTINOVICH, Viviana, 2020. Citation Indicators and Scientific Relevance: Genealogy of a Representation. *Dados [em-linha]*, no. 63, p. e20190094. DOI 10.1590/001152582020218. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/218/21868483007/21868483007_2.pdf.

MARX, Karl, 2009. *Contribuição à crítica da Economia Política*. Trad. e introdução Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular.

MATOS, Ana Raquel, 2017. O direito a exercer direitos: ação coletiva pelo protesto em Portugal e seus impactos. *Cescontexto: debates*. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/80999>.

MICHELMAN, Frank. I., 1982. Ethics, economics, and the law of property. *NOMOS*, no. 24, p. 33-40.

SEQUEIROS, Paula, 2011. The social weaving of a reading atmosphere. *Journal of Librarianship and Information Science*. Vol. 43, no. 4, p. 261-70. DOI: 10.1177/0961000611425823. Também disponível em: <http://eprints.rclis.org/18015/>.

STIGLITZ, J. E. e Jay K. Rosengard, 2000. *Economics of the Public Sector*. New York: WW Norton. ISBN: 978-0-393-28839-1.

ZOFÍO, José Luis. 2005. La relevancia económica de la provisión de servicios culturales por las administraciones públicas: las bibliotecas. Em *I Encuentro Bibliotecas y Municipios*. Peñaranda de Bracamonte, Salamanca. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10421/1329>.